

## **Deslocamentos populacionais na área portuária de Rio Grande: passado, presente e futuro.**

Oliveira, Daniela<sup>1(\*)</sup>; Ferreira, Washington<sup>1</sup>; Chiaffitelli, Rossana<sup>1</sup>; Asmus, Milton<sup>1</sup>  
*1 - FURG | (\*) Brazil*

A expansão da mancha urbana da cidade de Rio Grande começou ainda no final do século XIX, com os primeiros aterros, para a construção da área destinada ao Porto Novo. O processo de apropriação territorial é contínuo, de modo a atender à demanda crescente para instalação e atualização do complexo portuário-industrial estuarino. Este fato acarreta impactos sócio-ambientais, pela remoção forçada de populações há muito instaladas nestas áreas. De 1891 a 1918, a cidade cresceu em direção ao leste, onde havia dunas, conquistando considerável área e sobre a antiga Lagoa do Ladino e Ilha do Ladino. Em 1908, chegam os primeiros trabalhadores franceses para a obra do Porto Novo; o primeiro marco de referência quanto à moradias construídas no terrapleno oeste foram as casas pretas, destinadas aos operários especializados e mestres-de-obras, e as casas verdes, de menores dimensões, destinadas aos operários. Em 1917, a construção do frigorífico Swift, ocupando uma área de 23 hectares, trouxe uma grande leva de migrantes, que acabou por ocupar a área dentro do mesmo e o Porto. Esta ocupação originou uma gigantesca favela, conhecida na época como a Vila dos Cedros (atualmente Bairro Getúlio Vargas), sendo loteada e regularizada, entre 1940 e 1950, pela Prefeitura de Rio Grande. A ocupação da área do entorno do Porto Novo (atualmente ocupada pelos Bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza) remonta à década de 1920, segundo a correspondência da Prefeitura Municipal e a Diretoria de Portos e Costas, a respeito da retirada das populações que habitavam indevidamente a área. Esta discussão estendeu-se entre 1941 e a década de 1960. Os limites da área do atual Bairro Santa Tereza foram definidos pela instalação das indústrias, no espaço ainda não ocupado, pertencente ao Governo do Estado, destinada à expansão portuária. Em 1953, o prefeito Frederico Ernesto Buchholz solicitava ao Departamento de Portos e Canais a liberação da mesma, para a ocupação residencial; sabe-se que tal solicitação não foi aceita já que as áreas ocupadas por residências continuam pertencentes ao porto, mesmo sendo ocupadas por diversas famílias há décadas. Já em 1957, foi feita a solicitação de desocupação, de uma área em frente ao portão central do Porto Novo, pela premência de se construir um edifício sede que aglutinaria os serviços administrativos do Porto (atual SUPRG). A área pretendida era ocupada por casas de moradia e pequenas casas comerciais, denominadas cantinas; esta solicitação foi aprovada pelo Governo do Estado e pelo Governo da União. Porém, em 1960, a remoção foi suspensa, devido ao fato desta prática estar prejudicando o desenvolvimento do populoso bairro, e porque a Prefeitura Municipal não dispunha de outros terrenos para estas casas excedentes. No que se refere à moradia, e à ocupação de terrenos de forma irregular, intensificou-se, em 1995, pois piorou a situação habitacional resultando em um expressivo número de pessoas, residindo sob a condição “de favor”, com familiares em sub-habitações, e/ou em loteamentos irregulares, à mercê de situações insalubres. Um levantamento realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Grande apurou a existência de 4219 lotes referentes à ocupação informal, com 16.435 habitações. O processo de industrialização entre 1920 e 1950 houve um importante fluxo migratório, com operariado industrial de baixa renda e pouca instrução, o que favoreceu o processo de marginalização social. Ora a expansão horizontal da cidade acelerada, já não havia muitos locais para instalação dos ranchos dos pescadores artesanais, com isso o fluxo os levariam a localidades de menor aglomeração urbana, que neste momento possuía características do campesinato, isto é,

homogeneidade social e ambiental, de origem das proximidades do município, onde, suas características são totalmente rurais, até mesmo sem água potável e luz elétrica. No decorrer dos anos o meio urbano industrial avançava cada vez mais, ou seja, com a construção da estrada de ferro, dos molhes da barra, a chamada ponte dos franceses, a inserção do DIRG (Distrito Industrial de Rio Grande) e por fim a instalação da rede elétrica no local, este avanço criou mais de dez mil postos de trabalho na construção civil, atraindo outros grandes contingentes populacionais para a cidade.. As conseqüências desse processo modelaram, transformaram, (re)transformaram o modo de vida dessas pessoas. A população de pescadores artesanais, nas entre-safras serviam de mão de obra barata para realização desse contexto, que cada vez mais se inseriam na dinâmica urbana do município, mesmo assim, continuavam a exercer práticas de subsistência nesse meio. A obtenção dos dados para o presente trabalho foi feita através de uma pesquisa bibliográfica de trabalhos referentes a história da cidade de Rio Grande, como teses e dissertações desenvolvidas na FURG, além de uma revisão do documental dos planos e estratégias do Porto e da Prefeitura Municipal ao longo do seu processo de crescimento. Em paralelo foi feita uma análise das cartas topográficas da região. Após esta etapa, se tornou possível a construção de uma linha do tempo com as mudanças física da cidade ocorridas na forma de aterros e os deslocamentos populacionais mais significativos. Para corroboração dos dados encontrados realizou-se entrevistas com representantes das comunidades que foram e estão sendo alvo da remoção compulsória de áreas destinadas a expansão portuária no decorrer dos anos. De posse de um banco de dados da distribuição espaço-temporal dos deslocamentos na cidades, criou-se condições para fazer projeções e estimativas de deslocamentos futuros com a avaliação consciênte dos critérios socio-ambientais para re-assentamentos, visando principalmente manter a transparência do processo junto a comunidade envolvida na questão. A partir do depoimento dos moradores pretense as comunidades deslocadas foram identificados vários pontos obscuros no processo de re-assentamento, onde o espaço de participação da comunidade foi insignificante acarretando em impactos sociais representativos, entre eles estão o distanciamento dos locais de trabalho e escola dos filhos, perda de espaço de pátio reservado para animal de tração e a quebra da associação solidadria criada entre os moradores.